

MICROBACIAS II - UM OLHAR SOBRE TRÊS PROJETOS NO MUNICÍPIO DE DESCANSO

Gilmar Jose Dalmolin*

Resumo

A globalização das relações econômicas tem provocado mudanças significativas no meio rural nas últimas décadas. No que se refere a agricultura familiar, os impactos do processo de modernização postos em prática na segunda metade do século passado foram profundos. Em boa parte das regiões brasileiras, como é o caso da Região Oeste de Santa Catarina, o crescimento da produção e a modernização da base técnica se deram em paralelo ao aumento da exclusão socioeconômica e à degradação ambiental. A complexidade dos processos e as transformações ocorridas têm exigido esforços no sentido de compreender e combater a problemática do desenvolvimento no meio rural, sendo justificativa para numerosos programas e projetos de instituições ao longo das últimas décadas, dentre eles o projeto Microbacias 2, colocado em ação a partir de 2004. O estudo e a análise da ação das políticas públicas de desenvolvimento rural, como o microbacias 2, constitui-se no objeto de investigação deste trabalho, que apresenta uma síntese dos resultados obtidos da pesquisa que consolidou a dissertação, apresentada para obter o título de Mestre em Ciências Ambientais na Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ.

Palavras Chaves: Desenvolvimento rural, produção agropecuária, microbacias 2.

Abstract

The globalization of the economic relations has provoked significant changes in the agricultural way in the last few decades. With respect to familiar agriculture, the impacts of the modernization process ranks in practical the second half of the last century had been deep. In major part of the Brazilian regions, as it is the case of the west Region of Santa Catarina, the growth of the production and the modernization of the technique base if had given in parallel to the increase of the social economic exclusion and to the ambient degradation. The occured complexity of the processes and transformations have demanded efforts in the direction to understand and to fight the problematic of the development in the agricultural way, being justification for numerous programs and projects of institutions through out the last decades, amongst them the Project Microbacias 2, placed in action from 2004. The study and the analysis of the action of the public politics of agricultural development, as microbasins 2, consists in the object of inquiry this work, that presents a synthesis of the gotten results of the research that consolidated the work, presented to get the heading of Master in Ambient Sciences in the Regional Communitarian University of Chapecó - UNOCHAPECÓ.

Key-words: Agricultural development, farming production, microbasins 2.

¹ PPGCA/Unochapeco

1- Introdução

A região Oeste catarinense, no meio rural, constituída essencialmente por agricultores de base familiar, sofreu os impactos do processo de modernização colocados em curso a partir da segunda metade do século passado. O crescimento da produção e a modernização da base técnica se deram em confronto ao aumento da exclusão socioeconômica e a degradação ambiental.

Vem se consensualizando a idéia de que o crescimento econômico provocou problemas ambientais econômicos e sociais que foram deixados em segundo plano, gerando mudanças no meio rural, o que forçou a modernização acelerada nos meios de produção, sem que se refletisse em melhores condições socioeconômicas para todos.

Essa modernização dos sistemas produtivos alterou a estrutura familiar como um todo. No campo da produção, o agricultor concentrou o trabalho em poucas atividades, ocasionando, assim, redução da variedade dos produtos cultivados, dando início ao processo das monoculturas e, conseqüentemente, maior dependência do mercado para a compra de alimentos e outros bens de consumo de que necessitava. As atividades laborativas exigiram maior disponibilidade de tempo, implicando na redução de tempo livre que as famílias possuíam para se encontrar e se organizar nas comunidades.

De acordo com Silvestro (1995, p. 110), a expansão agroindustrial na região, ocorrida nas últimas décadas, tem alterado o ambiente econômico e social até então colocado como relativa homogeneidade. Esse processo que permitia a igualdade e a previsibilidade das estratégias de reprodução começa a se transformar mais profundamente, provocando o início da metamorfose estrutural na agricultura familiar de origem colonial.

Segundo Renk (2000), essa conjuntura provocou uma notável desestabilização para as reproduções camponesas, transformando a divisão do trabalho na unidade familiar, contribuindo para a procura de mercado de trabalho urbano e de êxodo rural, principalmente dos jovens que não vêm perspectivas de continuidade na agricultura.

Desse modo, a Região Oeste Catarinense, que no meio rural é constituída essencialmente por agricultores de base familiar têm passado por diferentes estágios. Dentre eles, o empobrecimento e a exclusão dos meios produtivos de uma parcela dessa população que migra para outras cidades a procura de trabalho que lhes garanta meios e recursos de sobrevivência.

Diante desta realidade, o combate a pobreza e o êxodo no meio rural tem sido justificativa para numerosos programas e projetos de instituições ao longo das últimas décadas, entre eles, o microbacias 2 colocado em ação a partir de 2004. Este projeto participou como objeto de estudo e análise de seus resultados na elaboração da tese de mestrado, cujo trabalho intitulava-se

Microbacias 2 : um olhar sobre 3 projetos no município de Descanso.

Enquanto projeto de desenvolvimento rural concentrava suas ações e estratégias no sentido de fortalecer as entidades comunitárias já existentes, bem como, procurava estimular novas organizações entre as comunidades rurais, fortalecendo a auto-gestão e melhorando a renda do campo numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Sob este aspecto, o microbacias 2 no município de Descanso tomando como base 3 projetos (Lajeado Hevalzinho, Lajeado Veado e Lajeado Leste) merece que sejam traçadas algumas considerações no decorrer deste trabalho, já que o mesmo trata-se de um recorte da tese apresentada em 14 de maio de 2009, para obter o título de Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

2 - Agricultura familiar

A agricultura familiar na Região Oeste tem se apresentado historicamente como uma forma de organização dos meios de produção e um modo de vida fundamental para a reprodução social de agricultores familiares (BADALOTTI, 2007). Parafrazeando (WANDERLEY, 1999, p. 25), como conceito de agricultura familiar, entende-se como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A passagem do campesinato¹ tradicional para a agricultura familiar moderna transformou o modo de vida e as atividades produtivas anteriores, principalmente em decorrência da modernização da agricultura (BADALOTTI, 2007).

Segundo, Abromovay (2001), o sistema agrário contemporâneo no Oeste catarinense está ligado com a vinda dos imigrantes europeus no Brasil no século XIX. Esses imigrantes receberam lotes de 77 hectares na região do Vale do rio dos Sinos e depois prosseguiram para o Vale do Taquari. Praticavam uma agricultura de subsistência, além de visar a demanda do mercado consumidor na região de Porto Alegre. Conforme destaca o autor, o fracionamento das pequenas propriedades foi ocasionado pelo processo sucessório das famílias e a queda na fertilidade do solo através da intensificação de seu uso, com períodos de pousio cada vez mais curtos. Estes fatores obrigaram as novas gerações de agricultores procurarem outras terras o que ocasionou ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e mais tarde gerou um fluxo migratório para o Oeste de Santa Catarina (entre os anos de 1920 a 1960) e Sudoeste do Paraná.

¹ Como expressão de uma identidade camponesa, o termo colono foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implantação do século XIX. O termo camponês foi substituído por colono, e este é o que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor. (SEYFERT, 1993, p. 46)

No Oeste catarinense, os lotes adquiridos pelos colonos provindos do Rio Grande do Sul variavam de 20 a 25 hectares. Da mesma forma que ocorreu no Noroeste gaúcho, a falta de novas áreas para desbravar e o processo sucessório familiar, conduziu ao fracionamento das propriedades rurais, reduzindo em lotes ainda menores.

A colonização foi de empreendimento de natureza econômica, em que empresários do Estado do Rio Grande do Sul, baseados na experiência de expansão dos núcleos coloniais em seu Estado, investiram vultuosos capitais em Santa Catarina (PELUSO JUNIOR, 1991, p. 289). A credibilidade das colonizadoras se dava em grande parte a seriedade com que se tratava a demarcação e venda dos lotes. A exatidão nas medições e a existência de mapas dos respectivos lotes, tamanho da área, localização e devida numeração, evitava problemas como a venda do mesmo lote para mais de uma pessoa, bem como facilitava a localização dos mesmos (WERLANG, 2006 p.59).

Conforme Renk (2004) “além da arregimentação dos colonos, as diversas companhias colonizadoras que atuaram na região tiveram a seu encargo a limpeza da área, ocupada por posseiros brasileiros para não prejudicar os colonos” (RENK, 2004, p. 27). Com a ocupação desta região, os colonizadores provocaram o desmatamento dos espaços ocupados pelas florestas para uso das áreas destinadas à agricultura, praticada de forma braçal, além de construírem sua auto-suficiência. “Construíram todos os equipamentos, assumiram os encargos governamentais, como a abertura de estradas, a construção de escolas, de hospitais e o trabalho de assistência” (RENK, 2004, p. 34). Mais tarde, a expansão urbana e industrial tem utilizado esses espaços e seus recursos naturais, com destaque inicial para as indústrias madeireiras e posteriormente com as agroindústrias, iniciando pelas de carnes.

Até meados dos anos 70 os agricultores produziam grande parte das necessidades no interior da propriedade e também não despendiam recursos para a compra de insumos, a propriedade buscava sua autossuficiência. Nesse período as relações comerciais se davam com a venda do excedente e a compra de poucos produtos para se manter, havendo a relação direta entre o agricultor e o comerciante.

Gradualmente na agricultura, a produção que estava centrada em policultivos, reduz a poucas culturas, produzida em larga escala. Na agropecuária, o sistema de integração implantado na criação de suínos e aves subordinou os agricultores à dinâmica agroindustrial. Verifica-se, assim, a passagem de um sistema policultor com boa produção mercantil, para uma organização econômica comercial baseada em poucos produtos como milho e soja, que se constituem nos principais insumos das rações para a criação de suínos e frangos, além de feijão, fumo, gado de leite e corte.

As transformações promovidas pelo processo de modernização da

agricultura provocaram mudanças na história do meio rural e da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina no final dos anos 70 sofrendo mudanças significativas em seus processos produtivos e modos de vida. Mior (2005) observa que o quadro de relativa estabilidade da agricultura familiar e dos padrões de desenvolvimento rural vistos como exemplo de um modelo de desenvolvimento equilibrado, principalmente a partir dos anos 80 passa por profundas modificações. Até o início desta década, o Oeste catarinense servia como modelo de desenvolvimento às demais regiões, já que teria passado sem dificuldades os anos 70, enquanto que outras regiões brasileiras teriam sofrido forte êxodo rural.

Nesta Região, os fatores da modernização da agricultura e os demais efeitos decorrentes dela, mostraram seus resultados mais tarde, na década de 80, quando os reflexos da modernização, causada pela revolução verde mostrou sua face através das mudanças nos padrões de produção e consumo. Com a modernização agrícola após meados da década de 70, a divisão interna do trabalho na propriedade rural passou por mudanças significativas, impedindo a reprodução da família nos moldes tradicionais. A exigência de incorporação de tecnologias (máquinas, insumos, etc.), visava cada vez mais uma produção voltada para o mercado, o que ocasionou a descapitalização de muitas famílias provocando uma desestabilização na produção agrícola, bem como a existência de excesso populacional, deixando os filhos que cresciam sem alternativas de continuação no campo. Na verdade o agricultor entrou no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado, isto quer dizer que ele passou por mudanças significativas nos meios produtivos e na aquisição de máquinas e equipamentos.

Conforme Renk (2000), esta situação provocou uma notável desestabilização para as reproduções camponesas, transformando a divisão de trabalho na unidade familiar, contribuindo para a procura de mercado de trabalho urbano e de êxodo rural. Para a autora, é neste contexto que o jovem não vê perspectivas de continuidade na agricultura e, se no período anterior à crise vivenciada a partir dos anos 70, o anseio de permanência e de continuidade mobilizava a todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados sentissem-se excluídos de sua condição camponesa, o período posterior é de dificuldade para o encontro de sucessores na reprodução social do campesinato. Esta mesma observação é feita por Silvestro et. al (2001) quando enfatiza que na região Oeste catarinense, no meio rural, a migração dos jovens para outras regiões tem provocado a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários com a redução do número de empregos nos estabelecimentos rurais, o que reflete diretamente a economia local e regional. Para o autor:

Os filhos foram embora, optaram por viver e trabalhar na cidade e em outras regiões. Para a sociedade é um problema que estas terras não venham a reentrar no circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e que, por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e/ou dedicada à pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho (SILVESTRO *et al*, 2001, p.8).

A abordagem realizada por Bavaresco (2005, p.181) onde menciona que “a migração do campo para a cidade não se reflete pela oferta de empregos, nas áreas urbanas, mas pela mecanização e empobrecimento da agricultura” caracteriza a mudança social e econômica que se estabeleceu nesta região.

Ainda na década de 80, mais especificamente em 1983 e 1984 ocorreram duas grandes enchentes no Estado de Santa Catarina, quando toneladas de solo fértil foram parar no leito dos rios o que ocasionou a degradação e a perda do solo e seus nutrientes devido a erosão, tendo como consequência a baixa produtividade das lavouras, agravando as condições socioeconômicas nas propriedades rurais. Outro fator importante que mereceu destaque no final dos anos 80 foi a divulgação, através da EPAGRI, de dados parciais sobre a contaminação dos recursos hídricos da Região Oeste do Estado, os quais apontavam que 85% da água consumida no meio rural apresentavam níveis de qualidade inaceitáveis, conforme a legislação (Decreto nº 79 367- 9/03/77) e que cerca de 60% dos estudantes do meio rural apresentavam parasitas intestinais. Também nesse período, a literatura enfatiza a relação entre a crise da agricultura familiar e seus possíveis reflexos nos espaços socioeconômicos regionais.

Esses fatos geraram vários debates sobre a forma de exploração dos meios produtivos, dos recursos naturais e suas consequências no Estado de Santa Catarina, os quais culminaram com a proposta de implantação de um projeto amplo com esperanças de refletir nas áreas econômicas, social e ambiental. Projeto este que havia sido desenvolvido no vizinho estado do Paraná. “O projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas”, também conhecido como “Microbacias/BIRD”, foi desenvolvido pelo governo do Estado a partir de 1991.

2.1 - O projeto microbacias 1

Com o intuito de conservar e recuperar a capacidade produtiva dos solos e controlar a poluição ambiental, visando incrementar, de maneira sustentável, a produção e a produtividade e, conseqüentemente, a renda líquida dos produtores rurais, levou autoridades governamentais, técnicos e população a pensarem em medidas que viessem a contribuir para reduzir os estragos em

caso de novas enchentes.

De acordo com Freitas (1997), baseando-se na experiência desenvolvida no Estado do Paraná, iniciou-se em 1984 o trabalho de microbacias hidrográficas como unidade de planejamento em 3 municípios na bacia do rio Itajaí-açú; sendo assim, no ano seguinte (1985) ampliado para 14 municípios. Porém, um trabalho mais abrangente e com a participação do BIRD ocorreu a partir de 1991, com o Programa de Recuperação, Conservação dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas de Santa Catarina – Microbacias -1.

A estratégia técnica do projeto “era aumentar a cobertura vegetal, controlar o escoamento superficial e melhorar a estrutura física dos solos” (INSTITUTO CEPA, 1999). Todavia, para atingir seus objetivos, o projeto previa a participação de diversos segmentos, o qual apresentava uma filosofia participativa global, tanto no planejamento das ações como na motivação dos agricultores para que eles investissem coletivamente nas práticas conservacionistas. Aos poucos, esta dimensão ambiental deveria também mudar o comportamento dos técnicos, dirigindo-se a uma perspectiva mais conservacionista e menos produtivista.

A preocupação dos agricultores estava em buscar tecnologias que refletissem em melhorias nos aspectos produtivos. Após a implantação do projeto de Microbacias 1, percebeu-se a importância do uso dessas tecnologias (murundu, cultivo mínimo, proteção de fontes e nascentes, reflorestamentos, entre outros) que melhoraram tanto os aspectos sanitários da propriedade como os ambientais, que conseqüentemente, geraram melhorias também nos aspectos produtivos. Houve maior uso de tecnologias nas principais culturas agrícolas, mas também maior utilização de agrotóxicos, embora, os agricultores se voltaram àqueles que eram menos nocivos ao meio ambiente e ao ser humano (PINHEIRO; PEREIRA, 2007).

Na análise dos técnicos do Instituto Cepa (1999), com o desenvolver do projeto, alguns agricultores aprimoraram um pouco mais a percepção de que eles estão dentro de uma microbacia e de uma comunidade, sendo que há inter-relação e interdependência no sentido de que o trabalho de um poderia interferir diretamente no resultado das ações do outro. Entre as diversas contribuições positivas no Microbacias 1, destacou-se o bem-estar da família rural, proporcionado pelas melhorias no saneamento básico da propriedade e do ambiente; aumento de renda; diversas formas de associativismo; humanização do trabalho; diminuição do custo de produção, reorganização do uso de mão-de-obra, disponibilizando um tempo para o lazer, além das melhorias específicas no solo e na água. Todas estas circunstâncias conduziram a uma questão essencial, que foi a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, colaborando para a sua permanência no campo (INSTITUTO CEPA/SC, 1999).

Mesmo com a evolução de muitas propriedades, que passaram a utilizar

todo o enfoque do projeto, uma minoria delas não mudou em nada. Faltou capacitar os técnicos em outras áreas importantes, como comercialização e a agregação de valor dos produtos, como também na organização de produtores, envolvendo relações sociais e psicológicas, pois, estavam trabalhando com seres humanos e não com solo e água. Também conforme Navarro (2008), “o serviço de extensão estava alicerçado na tradição de uma cultura institucional centralizadora, que, tradicionalmente, desenvolvia uma extensão rural de cima para baixo”.

O pouco tempo de permanência (apenas dois anos) do projeto, também contribuiu de forma negativa, sendo que um número significativo de famílias não internalizou a concepção do projeto. Pois os mesmos deveriam dar continuidade nos trabalhos, também com as trocas de governantes porque o plano necessitava ser de longo prazo, com fluxo de recursos liberados de acordo com a programação. “Desta forma não foi capaz de animar formas organizativas duradouras” (NAVARRO, 2008). As mudanças ocorridas nas esferas políticas comprometeram a continuidade das tarefas, não havendo a renovação do contrato de trabalho dos técnicos, sendo indispensável à continuidade da assistência, que prejudicou o processo de convencimento e de conscientização do agricultor sobre algumas mudanças que se fizeram necessárias.

2.2 - O projeto microbacias 2

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável numa perspectiva agroecológica de Santa Catarina, Microbacias 2, com iniciativa do governo estadual e apoio do Banco Mundial², envolve diversas parcerias com prefeituras, universidades, associações de agricultores, ONGs e outras entidades (FATMA, 2007). Ele vem dar sequência ao Microbacias 1, com o intuito de oferecer alternativas que visam melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, principalmente as que se encontram em processo de exclusão do modelo de desenvolvimento globalizante. “Este Projeto fundamenta-se numa base ideológica/filosófica de se contrapor ao modelo de desenvolvimento econômico setorial (baseado no crescimento dos setores e atividade econômica) e a homogeneização cultural e técnico-produtivista ocasionados pela globalização dos mercados” (PINHEIRO;

² O projeto microbacias 2, em relação aos recursos financeiros, 59% são recursos do BIRD e 41% contrapartida do Estado. O período de execução do projeto estava previsto para 06 anos (2002 a 2008). Cabendo ao governo do Estado a responsabilidade de colocá-lo em ação. Para isso conta com os seguintes aos órgãos:

Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural - SDR (Coordenação do projeto).
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente,
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI,
Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – ICEPA
Fundação do Meio Ambiente – FATMA

PEREIRA, 2007), além de fazer um alerta sobre as crises econômicas, ambientais e sociais que foram intensificadas pelo processo de modernização da agricultura nacional e internacional.

O Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2) é um projeto do governo do Estado de Santa Catarina e tem como objetivo central promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com efetiva participação dos atores envolvidos (FATMA, 2007).

A estratégia metodológica do projeto é fortalecer as entidades e as organizações comunitárias já existentes, bem como, estimular novas organizações entre as comunidades rurais. Conforme descreve o boletim informativo (ano 3, nº 11, janeiro/março - 2006), fornecido pela EPAGRI, as famílias participantes estão envolvidas e organizadas com o objetivo de fortalecer a autogestão das comunidades e aumentar a renda do campo.

Conforme dados da FATMA (Fundação do Meio Ambiente) o projeto está sendo desenvolvido em todo o Estado e abrange 879 microbacias, o que corresponde a aproximadamente a metade das microbacias existentes em Santa Catarina, beneficiando cerca de 450.000 pessoas e 105.000 famílias. Este empreendimento visa estratégias que promovem ações de desenvolvimento via redes de relações e interações de forças coletivas, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, através de uma agricultura voltada a dialogar com a natureza, sustentada pela diversidade de suas ações endógenas e na autonomia dos sistemas agropecuários, principalmente aqueles voltados a agroecologia.

Com o objetivo de se obter informações sobre o desempenho do projeto Microbacias 2, ocorreu em meados de 2008, o trabalho de pesquisa de campo com 63 famílias pertencentes a três projetos no município de Descanso, sendo eles: Lajeado Hervalzinho, Lajeado Veado e Lajeado Leste. Com a finalidade de se obterem dados das famílias e de suas propriedades e com o propósito de compreender qual a real situação socioeconômica e ambiental, que tecnologias adotam e como esses fatores interferem na qualidade de vida. A pesquisa, que constituiu a base da dissertação de mestrado, será apresentada parcialmente, dando ênfase aos aspectos econômicos e o processo sucessório das propriedades rurais.

3 - A categorização das famílias rurais

Entre os resultados que merecem ser destacados, apresenta-se a categorização

das 725 famílias rurais pertencentes aos 07 projetos de microbacias 2 do município de Descanso. Essa categorização ocorreu no período de implantação das Associações de Microbacias com o acompanhamento dos facilitadores da EPAGRI.

Após constituídas as associações de microbacias, ocorreu o preenchimento de formulários por parte dos associados (formulários específicos fornecidos pelo facilitador e preenchido pelo agricultor com dados nem sempre comprobatórios) com a finalidade de se obter um mapeamento das famílias quanto a capacidade ou não de gerar lucros e a possibilidade de se manter na atividade agropecuária. No preenchimento dos formulários, os agricultores revelavam a situação socioeconômica de cada estabelecimento rural. A partir das anotações e da tabulação dos seus dados, os agricultores foram categorizados, conforme consta na tabela 1.

Tabela 1- Categorização das famílias rurais participantes do projeto microbacias 2 no município de Descanso (quadro adaptado da EPAGRI (2006).

CATEGORIZAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
Agricultores periféricos	137	18,90 %
Transição 1	255	35,20 %
Transição 2	125	17,20 %
Consolidados	165	22,80 %
Empregados rurais	19	2,60 %
Empresários rurais	06	0,80 %
Agricultores com renda não agrícola	05	0,70 %
Famílias ainda não associadas	13	1,80
Total de famílias	725	100,00 %

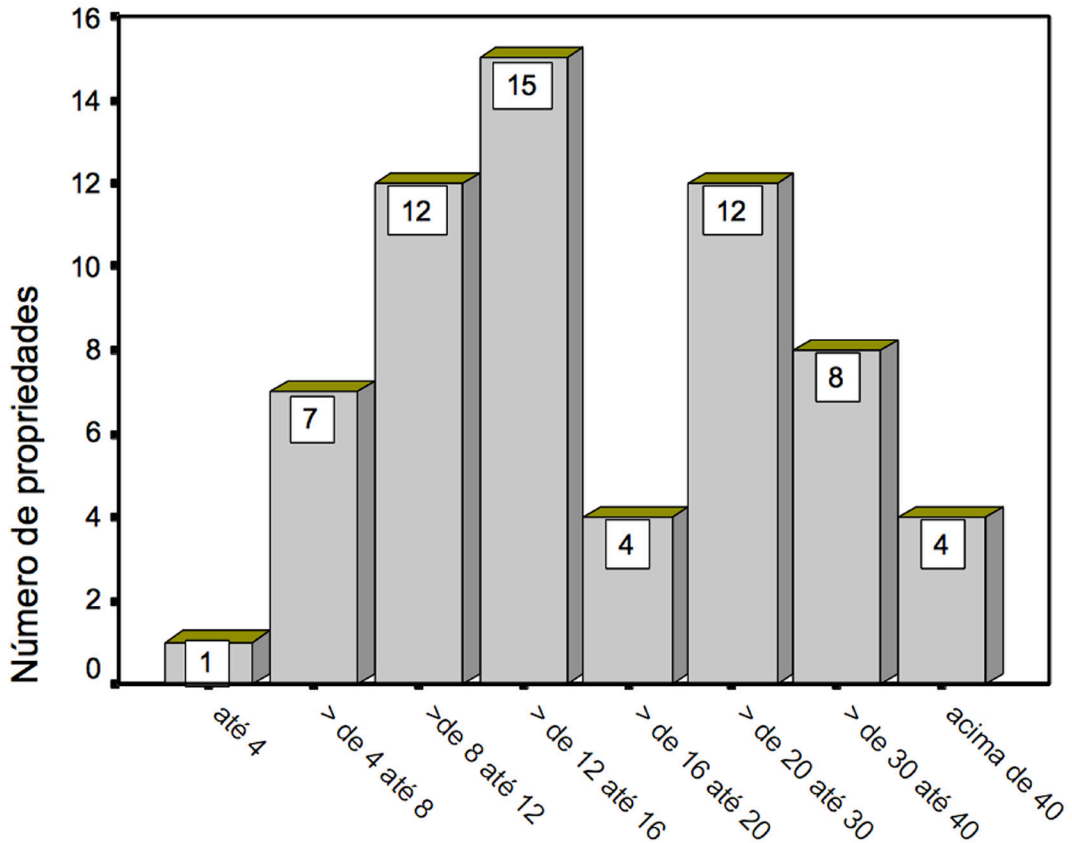
Essa categorização, conforme relata Cleusa M. Mazzardo, extensionista da EPAGRI local, revelou a situação socioeconômica que cada estabelecimento rural possuía, com base na renda (aqui não se considera a renda consumo). Conforme a extensionista, os agricultores categorizados como periféricos são os que não conseguem obter rendas para se manterem no setor; os de transição 1, conseguem alguma renda, mas não o suficiente para dar o “giro” nas contas. Já os de transição 2 são os que, apesar de enfrentarem dificuldades, começam a ter pequenos lucros na atividade; enquanto que os agricultores consolidados são os que possuem uma boa renda e que usufruem de boas condições financeiras satisfazendo as necessidades de sua família e do seu estabelecimento. Os dados acima, referem-se aos 07 projetos de microbacias 2, colocados em ação a partir de 2004 no município de Descanso.

Como o microbacias 2 orienta-se para o foco centrado entre os agricultores mais pobres, a categorização é relevante em termos operacionais para maximizar os resultados finais na direção de concentrar esforços para a camada de produtores rurais efetivamente pobres, tornando-se explícita a política de minimização da pobreza rural (NAVARRO, 2008). Pelos dados (Tabela 1), observa-se que mais de 54% (periféricos + transição 01) dos estabelecimentos, segundo seus proprietários, apresentavam-se como deficitários economicamente. Para esses agricultores, a renda obtida nos processos produtivos (sem contar a renda consumo) se torna insuficiente para dar o giro nas contas e fazer algum investimento, o que pode ocasionar um desestímulo e contribuir para deixarem o meio rural. Considerando o fator renda como importante instrumento na qualidade de vida das famílias, o microbacias 2, enquanto projeto, necessitará implantar propostas de políticas diferenciadas que permitam inserir, nesses agricultores, um desenvolvimento global e integrado, que possibilitem contemplar as dimensões do desenvolvimento social e econômico.

Parafraseando Eidt (2001) a agricultura familiar que durante décadas representou um elevado grau de resistência às condições adversas do ambiente natural, desagregou-se frente ao modelo de desenvolvimento da região, independente de sua solidez antiga. Abordar os efeitos advindos de uma proposta de intervenção nas condições de vida da população rural, por meio de ações que se voltem para a geração de renda, apresenta-se como desafio para que o microbacias 2, cumpra seus objetivos enquanto projeto.

3.1- A renda das propriedades do microbacias 2

Sendo a renda *per capita* um dos instrumentos de medida do bem-estar da população, busca-se fazer um comparativo entre a renda *per capita* do município com os valores arrecadados pelas famílias do microbacias 2 consultadas nessa pesquisa. Considerando que a renda *per capita* de Santa Catarina em 2006 foi R\$ 18.000,00 e a do município de Descanso no mesmo ano R\$ 10.648,00 (IBGE, 2008), com os dados desta pesquisa coletados em meados de 2008, e com a renda da família representando o período de 12 meses (Julho de 2007 a junho de 2008), é possível se fazer um comparativo, ao contabilizar o número de habitantes por estabelecimento. Realizada a contagem populacional que permanece no meio rural, obteve-se média de 3,95 habitantes por propriedade, entre os 3 projetos. Esses valores numéricos comparados com a renda obtida entre as propriedades do microbacias 2, podem ser visualizados por meio da figura- 1.



Renda líquida anual da propriedade em R\$ (1000,00)

Figura 1 – Renda líquida (em reais) nas propriedades rurais de 3 projetos do microbacias 2 no município de Descanso (período entre julho de 2007 a junho de 2008).

Nota-se que um número significativo da população recebe menos do que a média *per capita* do município (R\$ 10.648), se comparados (Fig. 1). Das oito classes, pelo menos seis podem incluir agricultores que recebem abaixo dessa média. Esse contingente representa aproximadamente 51 agricultores que, se diluídos em percentuais podem ultrapassar a 80 % dos agricultores pesquisados. Por outro lado, as duas classes que agrupam os agricultores com maiores ganhos, apresentam-se como possíveis de conter agricultores que possuem renda *per capita* superior a do município de Descanso. Essas duas classes, somadas, reúnem 12 proprietários, equivalente a menos de 20 % dos pesquisados.

Certamente, se considerada, a renda/consumo, haveria modificação neste panorama. Como não se dispõe de elementos que permitam mensurar estes valores e quanto os mesmos interferem no cômputo final, optou-se por não contabilizar. Contudo, faz-se necessário compreender que a renda/consumo

participa do cotidiano do agricultor.

No entanto, o que se questiona é se o microbacias 2, está promovendo melhoria na geração da renda junto às famílias rurais para que as mesmas possam investir em ações que melhorem as condições de vida, sejam de ordem econômica, ambientais ou sociais. Para a facilitadora (S.S.), nessa área, os trabalhos do microbacias 2 ainda não atenderam aos propósitos, pois não houve mudanças significativas na renda das propriedades. O mesmo comentou o agricultor (V. M., 49 anos) ao descrever que as melhorias promovidas no setor de pastagens e na preservação e recuperação do solo fizeram muito bem, e geraram pequenos valores a mais, mas que ainda não refletem em ganhos significativos entre os agricultores. As discussões provocadas em assembleias pelos facilitadores para que se promovam iniciativas de formação de grupos entre os agricultores têm contribuído para que os mesmos se organizassem em associações com o objetivo de melhorar o ganho referente à comercialização de sua produção, como também para a aquisição de insumos e equipamentos.

Entre as propriedades do microbacias 2 consultadas, a renda da propriedade está diretamente ligada à produção agrícola e agropecuária. A próxima figura ilustrativa (Fig. 02) contribui para esta análise.

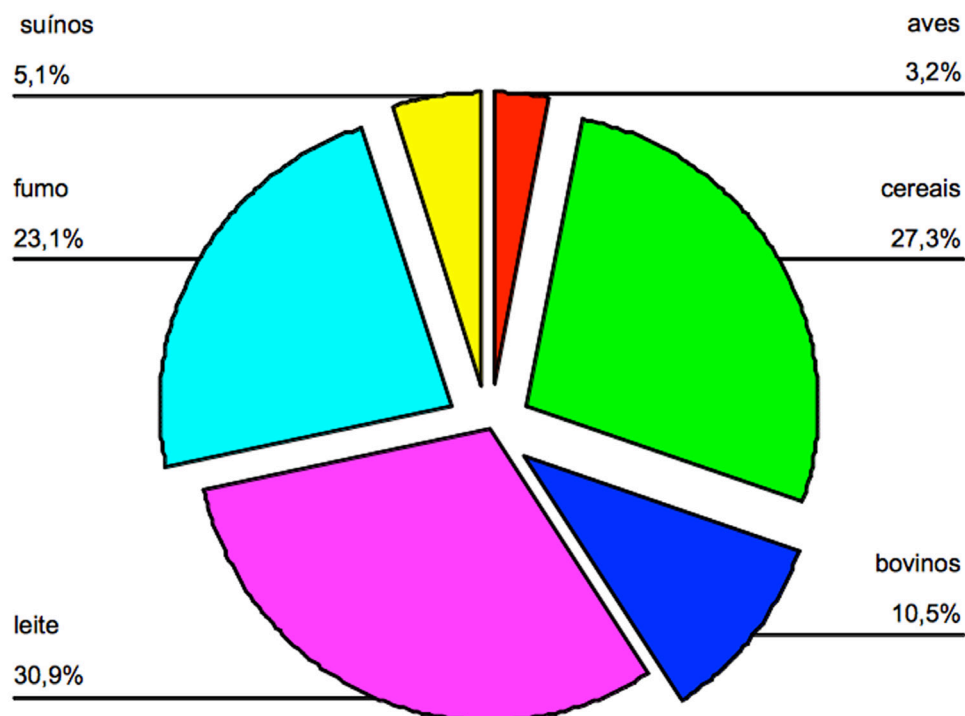


Figura 2 – Demonstrativo de renda bruta anual (em %) oriunda da agricultura e agropecuária dos agricultores entre 3 projetos do microbacias 2 no município de Descanso (período de julho de 2007 a junho de 2008).

Aparentemente ocorre diversidade quanto a origem da renda nos estabelecimentos rurais porque a figura ilustrativa (Fig. 1) faz uma tomada geral entre todas as propriedades que participaram da pesquisa. Os produtos comercializados como o leite, cereais, fumo, bovinos, suínos e aves, pela ordem decrescente de arrecadação, formam a base de renda das famílias. O leite é hoje, sem sombra de dúvidas, a maior fonte de renda das famílias do microbacias 2, sendo responsável por mais de 30% do montante arrecadado entre as propriedades. Para os entrevistados, esse produto têm se tornado a principal fonte de renda entre pequenas e grandes propriedades por diversos fatores, dentre eles: gerar uma renda mensal, pelo aproveitamento das terras não agricultáveis, pela mão de obra já disponível na propriedade e ainda pela exclusão de outras atividades menos lucrativas, como por exemplo, suínos.

No setor de cereais, estão inclusos os lucros líquidos com a venda de milho e soja, principalmente, já que não se constatou a participação efetiva de outro cereal como fonte de renda. A soja é cultivada apenas com a finalidade de produzir grãos para a comercialização, enquanto que o milho é produzido para a comercialização de grãos e para a alimentação dos animais da propriedade na forma de grãos ou de silagens. Quando esses cereais são comercializados, se constata que o agricultor apresenta dificuldade menor em contabilizar os lucros. No entanto, quando são utilizados na propriedade, esses cereais são contabilizados por estimativa, dificultando a noção do valor real obtido.

Por outro lado, é possível compreender que mesmo esses cereais não sendo contabilizados não significam que não ocorreu renda com a produção dos mesmos. Eles, os animais abatidos, as frutas e as hortaliças, entre outros, produzidos na propriedade e que participam na alimentação da família poderão fazer parte da renda-consumo. Parafraseando Abramovay (1992), a renda-consumo é oriunda da produção agrícola e agropecuária cujos produtos não participam de uma renda presente, por não ter havido comercialização dos mesmos, mas fazem parte do orçamento da família dedicado diretamente a alimentação e que não foram contabilizados, sendo também dito que eles fazem parte da renda não realizada.

A cultura do fumo está em terceira posição na arrecadação, destacando-se entre as pequenas propriedades, por ser um produto que precisa de pouco espaço territorial, sendo que o mesmo espaço e uma parcela da adubação serão ocupados na produção de cereais, especialmente com a do milho safrinha. Para os agricultores, essa cultura além de contribuir para a renda, absorve a mão-de-obra já existente da família.

Ainda que o setor de bovinos apareça em quarto lugar, com expressiva representação, a comercialização de animais de corte em maior escala ocorre em poucas propriedades. Nas demais, a venda se restringe a poucos animais e, em muitos casos, a arrecadação condiz com a comercialização de algum gado

leiteiro ou com o abate das fêmeas (vacas) descartadas da produção de leite.

Quanto a renda vinda do setor de suínos, esta tem surpreendido pelo pequeno valor de renda que a mesma representa entre os agricultores. Constituindo-se como a base de renda da maioria das propriedades até a década de 1990, hoje margeia apenas 05% do montante arrecadado. Este fato reforça a idéia dos agricultores já terem abandonado esta atividade e migrarem para outras (conforme citações anteriores) que consideram mais lucrativas. Já, no caso da avicultura, não houve surpresas, pois os agricultores descansenses em toda a sua história de colonização não tem se destacado no setor.

Embora pareça que são várias as fontes de renda para a maioria das pequenas propriedades, resume-se em duas ou três delas: uma agropecuária, com destaque para o leite e outras duas culturas agrícolas, como é o caso do milho e do fumo. No entanto, nas propriedades maiores, além da diversidade das fontes de renda, a produção se apresenta em maior escala. Fator que sinaliza maior retorno financeiro assegurando o bem estar das famílias e as melhorias que se fazem necessárias no setor produtivo, contribuindo para que a mesma permaneça na propriedade.

Por outro lado, a formação de grupos de agricultores vem a contribuir para que a pequena propriedade garanta a sua comercialização e aumente o valor unitário recebido pela venda de sua produção, assemelhando-se ao praticado pela grande propriedade. Quando não se pratica esse modelo “grupal”, o pequeno agricultor perde financeiramente na compra, por pagar mais na aquisição dos insumos e equipamentos e na venda, com a comercialização de seus produtos, quando recebe menos por unidade, devido à pequena produção. De acordo com Strieder (2000, p. 85), associar-se para trabalhar, para produzir, para facilitar a entrada de produtos no mercado consumidor, para garantir a obtenção de crédito, ter participação no mercado como quotista, é um mundo de realidades que o estabelecimento de uma política agrária precisa apoiar.

No que diz respeito ao ganho das famílias rurais, as aposentadorias e os programas sociais, apresentam números significativos entre os agricultores consultados. Esses recursos garantem receita direta, quando são utilizados para o sustento da família ou indireta, quando os mesmos são aplicados nos setores produtivos, retornando em maior produção e renda para a mesma.

Os programas sociais, as aposentadorias e pensões, também se fizeram presente entre as propriedades pesquisadas, constituindo-se como fonte de recursos arrecadados nos estabelecimentos, que nesse caso, pela figura ilustrativa (Fig. 3) é possível perceber a importância dos mesmos na renda da família.

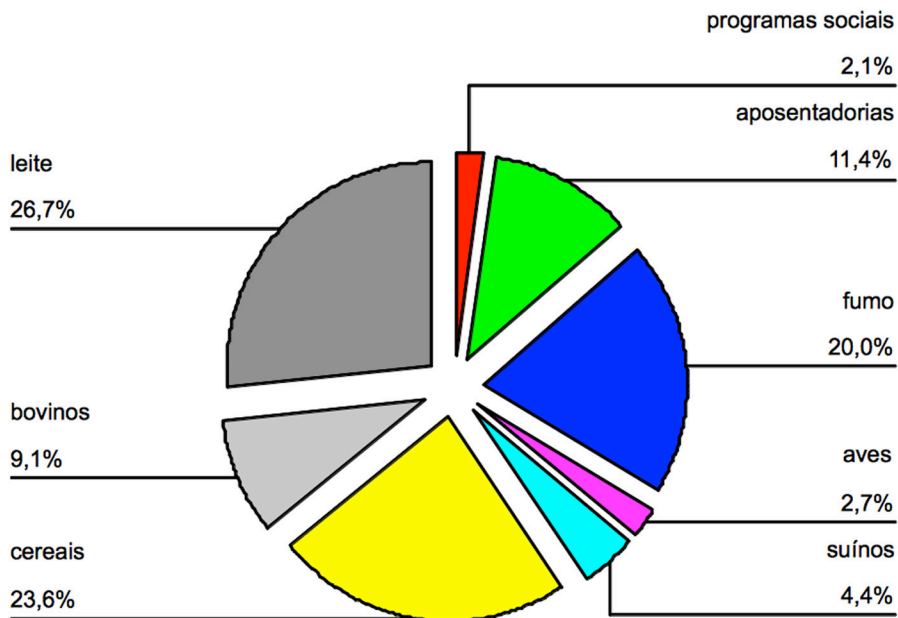


Figura 3 – Origem da renda bruta anual (em %) dos agricultores de 3 projetos do microbacias 2 no município de Descanso (período de julho de 2007 a junho de 2008).

A soma entre as aposentadorias e pensões (fig. 03) responde por 11,4% do montante arrecadado entre as famílias pesquisadas. Esse percentual representa a quarta maior fonte de renda, estando na frente de setores agropecuários importantes como suínos, aves e bovinos. Já os programas sociais não se refletem em valores consideráveis, representando pouco mais de 2% da importância angariada.

3.2- A produção agrícola no microbacias 2

Nas últimas décadas, houve mudanças significativas, nas quais o Estado e o mercado trabalham a lógica da diversificação de poucos produtos atendendo a demanda do mercado consumidor. No entanto, “para que uma pequena propriedade se mantenha viável deve ter três a quatro produtos destinados ao mercado, sejam aves, suínos, grãos e outros” (RENK, 2000, p. 19).

O que se observa nas pequenas propriedades em extensão de terras, entre os 3 projetos do microbacias 2, é que não variam muito a sua produção, permanecendo entre uma ou duas culturas de verão (não havendo plantio consorciado), completado com uma atividade agropecuária, enquanto, que as propriedades com maiores extensões, podem diversificar sua produção e fazer o sistema de rotação de culturas, o que coopera para a qualidade do solo. Sendo que a diversidade de produção pode diminuir o risco econômico para os agricultores, especialmente aqueles em condições ambientais mais

imprevisíveis, pois se há a redução de rendimentos de uma cultura, pode ser compensada nas demais atividades agrícolas ou agropecuárias desenvolvidas na propriedade. Além disso, a diversificação de culturas contribui para um maior equilíbrio entre as espécies, reduzindo a necessidade de aplicações excessivas com agrotóxicos, resultando em menores danos ambientais e favorecendo para maiores lucros.

Entre as culturas de verão: milho e soja como ocorreu no passado, destaca-se o plantio de variedades que venham a suprir as necessidades de consumo animal das propriedades ou para a comercialização de grãos. No entanto, esses cereais, quando utilizados para o consumo animal, são empregados, na maioria dos casos, para a produção de silagens, já que a ração, contendo os cereais, geralmente é fornecida pela agroindústria e, atualmente, nos estabelecimentos agrícolas, grande parcela da produção de suínos está desvinculada da produção de milho (GUIVANT, MIRANDA, 2004, p. 68).

São denominadas culturas de verão por serem realizadas no período mais quente do ano, que além dos cereais como milho e soja, produzidos tradicionalmente, destaca-se também a produção do fumo. Essa discussão pode ser ilustrada com a figura que um comparativo entre estas principais culturas de verão.

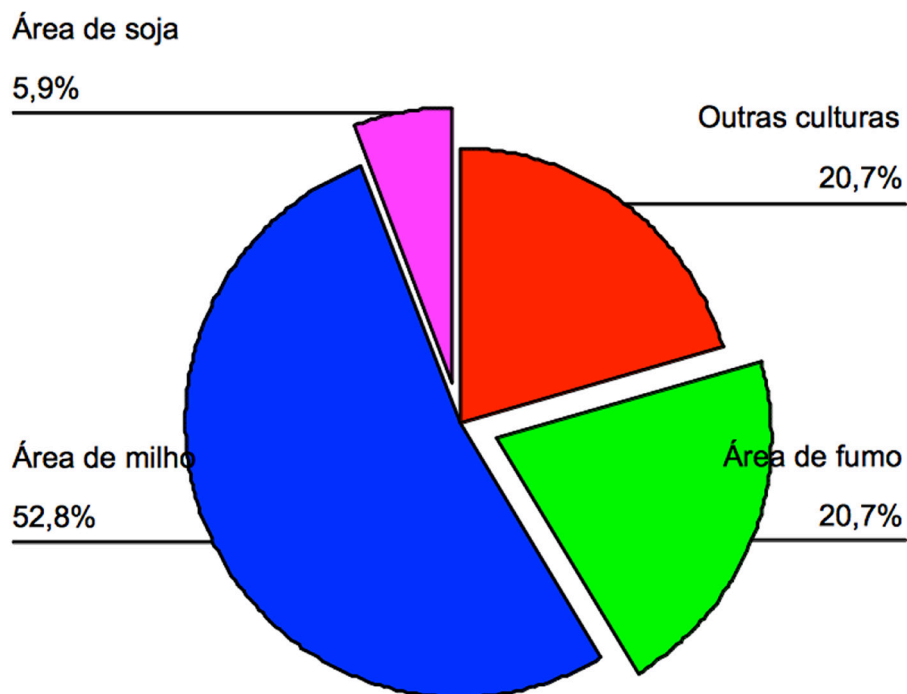


Figura 4 - Principais culturas de verão cultivadas nas propriedades rurais em 3 projetos de microbacias 2 no município de Descanso (2008).

A produção, nos estabelecimentos dos 3 projetos do microbacias 2 está fundamentada na cultura do milho (Fig. 4), ocupando mais de 50% das terras destinadas à agricultura.

Em segunda colocação, aparece a cultura do fumo equivalendo-se com a área destinada a outras culturas, que neste caso, por ocuparem pequenas extensões do lote rural, foram agrupadas. Fazem parte desta fração, vários produtos que contribuem para a subsistência dos agricultores, tais como: batadoce, amendoim, mandioca, cebola, feijão, além do espaço que constituem a horta e o pomar.

Quanto à soja, esta ocupa pouco mais de 05% da área agrícola, com destaque para as propriedades com maiores extensões de terras agricultáveis. Mesmo sendo o segundo cereal mais cultivado, aparece timidamente, pois, além do maior percentual de produtores rurais não trabalhar a cultura, quando o fazem ocorre em pequenas proporções, principalmente em áreas de até 06 hectares. O que se observa como insignificante a presença dessa cultura para a maioria dos agricultores consultados que pertencem ao microbacias 2.

Remetendo a cultura de milho, aparece não só como destaque pela proporção de terras em que é cultivada, como também por estar presente nas propriedades com grandes ou pequenas extensões territoriais. No entanto, mais de 59% dos proprietários destinam no máximo 06 hectares para essa cultura, conforme figura ilustrativa a seguir:

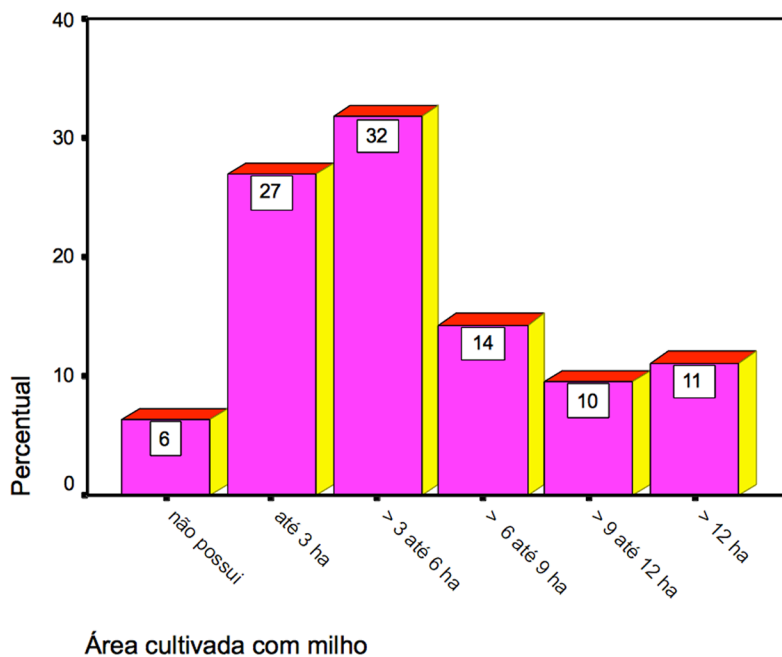


Figura 5 - Área de terra destinada ao plantio de milho nas propriedades rurais em 3 projetos do microbacias 2 no município de Descanso (2008).

Outro ponto a destacar, é a forma em que os agricultores produzem este cereal. Entre os entrevistados, nenhum deles se declarou usuário de sementes transgênicas (o que já ocorre na região e em Descanso) e tão pouco de sementes crioulas, sendo detentores absolutos do cultivo com sementes selecionadas. A adubação, com raras exceções, centraliza-se nos fertilizantes industriais, enquanto que os agrotóxicos são utilizados em todas as propriedades consultadas para o controle das ervas daninhas, além de uma parcela delas, utilizar para o controle de pragas.

No entanto, esta atividade é realizada com uso intensivo de máquinas, mesmo para aqueles agricultores com pequenas áreas de cultivo, que terceirizam os serviços, desde o plantio até a colheita, incluindo as aplicações de defensivos. A agricultura do tipo braçal ou realizada com o auxílio animal tem desaparecido das propriedades familiares, exceto naquelas com cultivo do fumo. Parafraseando Lovato & Schmitd (2006), a agricultura segue um padrão hegemônico consolidado no período pós Segunda Guerra Mundial, caracterizado pelo uso intensivo de insumos industriais e pela ênfase na alta resposta a ao uso e na quantidade produzida.

Esse modo de produzir traz preocupações quanto aos lucros, sendo agravados pela pequena produção e pela venda, em forma de grãos, de boa parte dela, revertendo em pequenas sobras que não fortalecem as propriedades familiares. Realizada a soma da produção, para uma parcela superior a 50% dos agricultores familiares, a colheita não superou os 400 sacos anuais. Participam dessa contabilidade o milho colhido e a quantidade que foi utilizada para silagens, que neste caso, geralmente ocorre por estimativas, a exemplo da quantidade de milho em grãos que é fornecida ao trato dos animais da propriedade. Mesmo que uma parte considerável desta cultura venha a ser utilizada como silagem, observa-se baixa produtividade que pode comprometer a qualidade da alimentação dos animais e a renda do agricultor.

Outro fator que chama a atenção é a falta de contabilidade das despesas de produção e os ganhos com a colheita. Para os agricultores que comercializam os grãos, é possível fazer os cálculos dos valores recebidos com a venda, mas não há uma clareza dos custos de produção. A situação se agrava quando a produção, ou parte dela, é destinada ao consumo animal, sobre a qual não se tem nitidez dos custos de produção e nem das sobras. Neste caso, como se tem observado nas propriedades, também se desconhece os custos da produção agropecuária, como os custos de produção de leite, por exemplo, por que não são contabilizados os custos dos cereais empregados na produção da silagem, o custo das máquinas e demais equipamentos usados nesta atividade. Os cálculos são feitos por estimativas, não oferecendo segurança sobre os resultados obtidos, sendo comum o desconhecimento quanto a atividade ser lucrativa ou não.

3.3 - A produção agropecuária

Como a comercialização de leite, representa a maior fonte de receita entre os agricultores consultados dos 3 projetos do microbacias 2 no município de Descanso, neste trabalho, na esfera agropecuária se dará destaque apenas para o gado de leite.

Neste setor, o rebanho de animais por propriedade é bastante variável devido ao tamanho da mesma em extensão de terras. Mesmo assim, uma parcela considerável de propriedades possui uma quantidade de animais superior ao suporte da mesma. Neste caso, há concentração de animais competindo com os recursos naturais e alimentos, reduzindo a produtividade e aumentando a degradação do solo pelo uso excessivo (F. B., engenheiro agrônomo).

A figura 6 apresenta os dados agrupados em classes nas propriedades entre os 3 projetos da microbacias 2 que participaram nesta consulta. Observa-se (fig. 06) que entre os agricultores, 11% (07 propriedades) declararam não possuírem animais para produção de leite. Enquanto que um pequeno número de agricultores, representando 22% dos entrevistados (14 propriedades) possui mais de 15 animais, contabilizando as novilhas e as vacas em lactação. Para mais de 60% (40) estabelecimentos, a quantidade está entre 05 e 15 animais, compreendendo que uma parcela expressiva não se encontra em período de lactação. Acrescenta-se também que nem sempre os animais são de qualidade que garantem boa produção, fator que reduz os lucros e compromete a renda do agricultor.

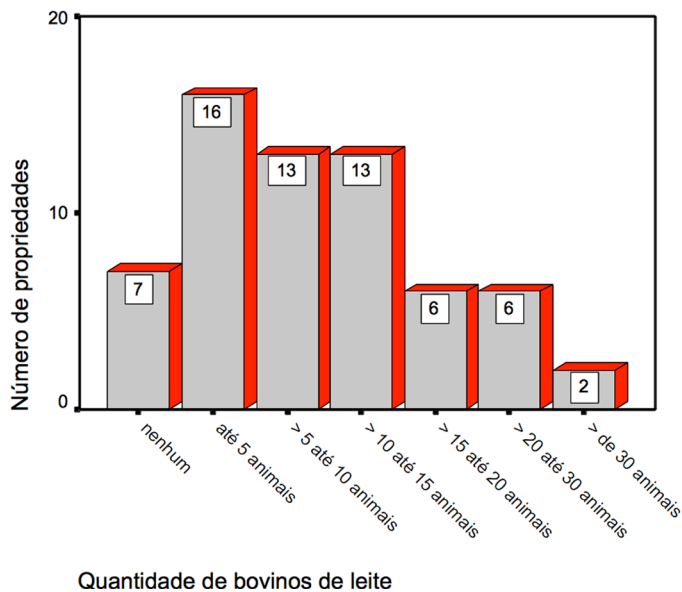


Figura 6 - de animais (em cabeças) destinados à produção de leite nas propriedades rurais em 3 projetos do microbacias 2 no município de Descanso (2008).

Fazendo um comparativo com os dados do Levantamento Agropecuário Catarinense, resultados preliminares, (LAC, 2007) em que o município de Descanso possuía 854 estabelecimentos com vacas leiteiras e um total de 8.000 cabeças ordenhadas, conferindo uma média de 9,4 vacas por propriedade, não ocorreu um distanciamento significativo entre esses números com os apresentados pelos agricultores dos 3 projetos do microbacias 2, pois as propriedades com maior plantel, contribuem para elevar a média entre as propriedades quando feito o cômputo geral.

O que está ocorrendo em ambos os casos, é a presença de um plantel muito reduzido de animais para a maioria das propriedades, fator que compromete a produção e, conseqüentemente, a renda, haja vista que o preço pago ao litro de leite em nível de produtor aumenta proporcionalmente à quantidade produzida.

A pequena produção, entre os agricultores do microbacias 2, pode ser averiguada na próxima figura ilustrativa que faz um demonstrativo do leite comercializado nos 12 meses.

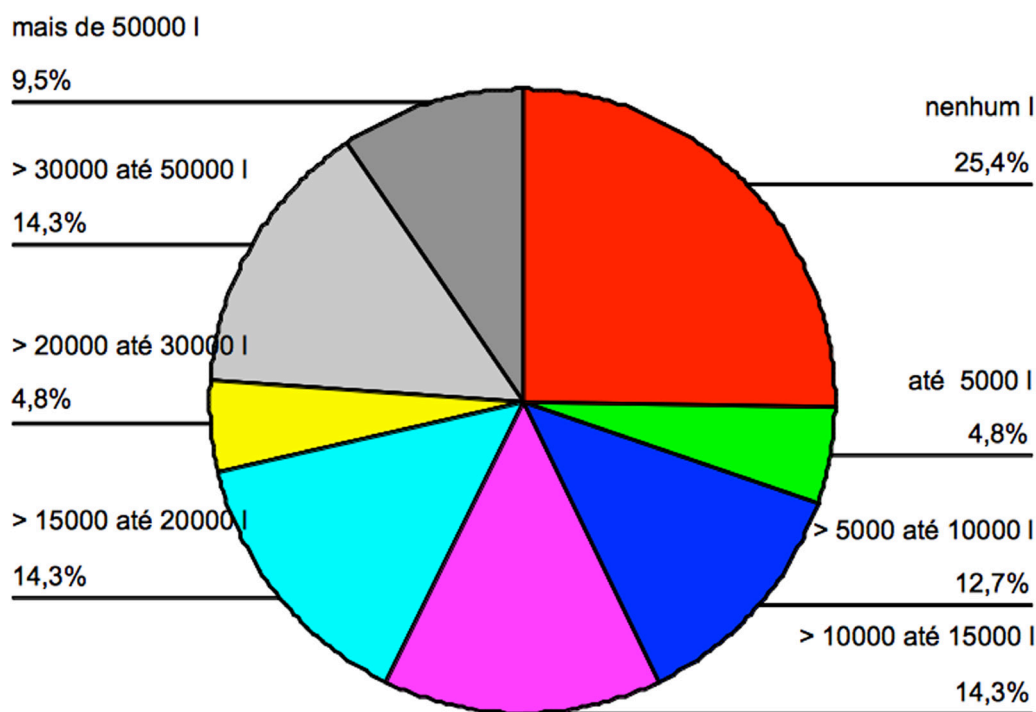


Figura 7 - Comercialização de leite (em litros) nas propriedades rurais em 3 projetos do microbacias 2, no município de Descanso (período compreendido entre julho de 2007 a junho de 2008).

Entre as propriedades pesquisadas, verifica-se (Fig. 7) que uma parcela dos agricultores não pratica a comercialização do leite e que não se utilizam do

mesmo como uma fonte de renda num montante correspondente a 25,4% das propriedades rurais. Esse fato pode estar ligado aos agricultores que não possuem animais para esse fim ou para aqueles com poucos animais e que não praticam a atividade, basta fazer uma comparação entre a figura que representa as propriedades que fazem a comercialização do leite (Fig. 07) com a que representa as propriedades que possuem vacas leiteiras (fig. 06).

Observa-se ainda (Fig. 7) que 46% das propriedades comercializam menos de 20.000 litros/anuais e que apenas 28,6% delas, mais que 20.000 litros/ anuais. Em comparação com o Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC, 2007) em que a produção média por propriedade supera os 22 mil litros anuais, não é possível afirmar que a produção do microbacias 2, considerando os 3 projetos que participaram desta pesquisa, está abaixo ou acima se comparados, pois as poucas propriedades com grande número de animais e com grande produção contribuem para elevarem os índices estatísticos.

Se por um lado, a pequena produção de leite participa na renda do agricultor, por outro, há uma preocupação com esses agricultores, a exemplo do que aconteceu com os suinocultores, que podem estar passando outra vez por um processo de seleção e exclusão. Como a produção é baixa, o agricultor não recebe incentivos da agroindústria (já que não se constatou outro tipo de comercialização), reduzindo, desta forma, o preço recebido por litro de leite, o que compromete a renda, pois os equipamentos para armazenar o leite possuem preços elevados. O mesmo acontece com os medicamentos e os insumos para a ração dos animais.

Esses recursos, vindos da atividade leiteira, quando em valores baixos, podem comprometer a qualidade do leite produzido, porque nem sempre se dão os cuidados necessários com os animais, com as instalações e o armazenamento do produto. A falta de recursos também pode comprometer a qualidade do solo, que foi utilizada pelo pastoreio e que se degrada com facilidade, necessitando assim, de reposição dos nutrientes, para não comprometer as demais culturas, principalmente com o plantio das variedades de verão.

4- A continuidade das propriedades familiares

As análises realizadas sobre os modelos produtivos, no caso do Oeste catarinense, mostraram que durante o processo de modernização da agricultura, os maiores investimentos na região estiveram voltados para a agropecuária comercial coordenada pelo grande capital. Dessa forma, para os pequenos agricultores, que apresentam pouca diversidade e pequena produção agrícola, fundamentada num modelo comercial altamente competitivo, não dá garantias para disputar com mercados exigentes, onde a concorrência está alicerçada a preços baixos devido à produção padronizada em larga escala.

Parafrazeando Eidt (2001) o processo de modernização impôs ao agricultor caminhos opostos, de um lado marcham os que despontam como agricultores-modelo, por outro, os descartados definitivos do processo de produção. Neste entendimento, a agricultura de base familiar, implantada em virtude de sua colonização, ainda padece de uma perspectiva de desenvolvimento que abrange as dimensões econômicas, ambientais e sociais, requerendo assim do agricultor um profissional que seja capaz de discutir a complexidade a qual se encontram sua produção, bem como dos meios produtivos de que se apropria.

A dependência criada entre o agricultor e a agroindústria proporcionou para alguns um modo de vida satisfatório, economicamente, porém é grande o número de agricultores que não se adequaram ao modelo vigente por parte da empresa, migrando entre os diversos ramos de produção, ainda distantes de alcançar uma sustentabilidade real, que supra com as necessidades de sua família. Situação semelhante a esta, se encontram os agricultores autônomos que apresentam pouca produção e não possuem outras atividades que representem retorno considerável para a propriedade. Fontana (2001) enfatiza que recentemente, algumas empresas têm aconselhado aos agricultores para que voltassem a trabalhar o modelo de policultura e, ao mesmo tempo em que as mesmas estimulam para uma estrutura produtiva organizada que profissionalize e especialize o homem do campo. Para o autor, essa reorganização das diversas fontes de ganhos contribui para a estabilização social das propriedades rurais durante os momentos de crise com que venham ocorrer em um dos setores produtivos.

No campo econômico, quanto maior a diversidade de produção, maior seria o poder de sobrevivência da propriedade. Essa seria uma veracidade se houvessem mercados para absorver essa produção. A diversidade de cultivos, acompanhada de qualidade e com produção constante ordena que o agricultor seja um profissional especializado, capaz de atender a mercados cada vez mais exigentes, sendo que a renda do agricultor de base familiar depende da produção e da forma que faz sua comercialização. Já, no caso dos agricultores integrados às agroindústrias, o preço de compra é tabelado pela empresa, e o agricultor torna-se subordinado aos meios de produção e comercialização dos mercados consumidores de atuação da agroindústria. (BAVARESCO, 2005). Para Fontana (2001, p.56) se, entre os processos produtivos, permanecem os que se sustentam pelo grande capital, onde “quem não é competitivo, quem não se adapta a modernização, tem no futuro a exclusão certa”.

O grande desafio, entre os agricultores, está em fazer com que a propriedade se torne viável economicamente. Talvez, entre as medidas, está a possibilidade de superar a visão produtivista por meio de sistemas produtivos que respeitem as diversidades dos ambientes, através de práticas menos agressivas, indo além da visão de competitividade para uma visão de cooperação entre o homem x

homem e homem x ambiente. O que se observa é que a agricultura familiar como forma de organização dos meios de produção apresenta-se como uma alternativa que tem grande importância social e econômica para a reprodução econômica e social das famílias na produção de alimentos e transformação dos mesmos através das agroindústrias familiares, conhecidas como agroindústria de pequeno porte e (BADALOTTI *et al.*, 2007),

É importante ressaltar que na agricultura familiar, o emprego das tecnologias necessárias às propriedades deve ser encaminhado pelas suas demandas, o que significa que as prioridades precisam ser pesquisadas em acompanhamento com as suas necessidades socioeconômicas e nas condições ambientais dos agricultores, especialmente aqueles com escassez de recursos. Neste caso, são necessários trabalhos diferenciados tanto na forma que se fornece a assistência técnica como da forma de se obterem os recursos necessários para se garantir a produção. A realidade da agricultura familiar vem ao encontro de diferentes propostas governamentais e não-governamentais que visam à valorização da mesma como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico sustentado no meio rural (BADALOTTI *et al.*, 2007).

Na compreensão de Flores (2005), a pequena propriedade necessita de um apoio não só tecnológico, mas de inserção no mercado, que exige conhecimento sobre diversas atividades a serem desenvolvidas ao longo da cadeia produtiva e de instrumentos para a sua consolidação, contemplando uma visão chamada de “dentro da porteira”. Essa função de aconselhamento sobre o que produzir, diante de conjunturas econômicas desfavoráveis, exige do produtor um conhecimento de mercado e empreendedorismo que, na maioria dos casos, ele não possui. Então, faz-se necessário a adoção de uma complexa assistência técnica que resolva não só o problema da falta de formação de estratégias de mercado e organização de cadeias produtivas, mas a própria visão do padrão tecnológico capaz de atender as aspirações e as possibilidades da agricultura familiar.

Já, os agricultores com áreas de terras maiores e de melhor qualidade (terrenos não montanhosos e pedregosos) são mais favorecidos por provocarem uma atenção maior do mercado, que através da adoção de práticas agrícolas voltadas à exportação, desfrutam de um acompanhamento técnico especializado e apresentam maior facilidade em angariar recursos para financiar os meios produtivos, como se refere o autor a seguir:

A expansão do capitalismo no campo através de incentivos a plantations, à agropecuária e a agroindústria, tende a criar uma classe empresarial rural que se beneficia desta política. (...) Tem-se, assim, um grupo de camponeses mais autônomos, que faz uso de crédito agrícola para se modernizar e se apóia em sistemas cooperativos para melhor sobreviver (SCHERER-WARREN 1986, p.101).

Tem-se então, uma parcela de agricultores que marcham como empresários rurais. Neste caso, eles contam com maior apoio financeiro, seja através de recursos próprios ou adquiridos junto às de instituições de crédito devido as garantias que podem fornecer junto às instituições de crédito. Também contam com boas extensões de terras, tanto quantitativa quanto qualitativamente o que lhes possibilita maior garantia de produção, além de incentivos na aquisição de insumos e na venda de sua produção que ocorre em maior escala. Essas condições possibilitam maior renda e capacidade de sobrevivência no ramo, sendo comum ainda a aquisição e agregação à sua propriedade das terras de agricultores com menores rendimentos e que, por vezes, acabam por abandonar o campo.

Tanto os agricultores integrados (principalmente através das agroindústrias de aves, suínos e fumo) quanto os agricultores autônomos, marcham para atuarem como empresários rurais, se modernizando tecnicamente explorando de maneira racional os meios produtivos e os recursos naturais. Porém, nenhum dos modelos garante a segurança da comercialização de sua produção e um nível satisfatório de renda, pois impera a lei do mercado. A luta para a permanência na atividade e no mercado está cada vez mais presente entre os estabelecimentos rurais, provocando o uso predatório dos recursos da natureza, que ocorrem através das atividades intensivas do solo, das aplicações abusivas de agrotóxicos, das concentrações de animais nas propriedades e pela sobrecarga nos rios, córregos e nascentes.

Por outro lado, a exclusão de uma parcela significativa de agricultores de suas propriedades, mostra a outra face do capitalismo. Nesse contingente encontram-se os agricultores que não conseguem permanecer nas novas condições de competição devido à insuficiência de terra ou de baixa produção e produtividade em seus sistemas produtivos sejam de ordem agrícola ou agropecuária, que conduz ao endividamento e abandono da propriedade.

Ao se abordar o fator renda, observa-se que a busca de alternativas de geração da mesma continua sendo sua principal causa do abandono das atividades agrícolas, causando a exclusão da propriedade rural. Essa exclusão pode ser individual – quando os jovens abandonam o campo emigrando para os centros a procura de formação e trabalho, ou familiar – se ocorre a saída de todos os membros em busca de alternativas que lhes forneçam melhores condições de vida.

Esse cenário também está presente nas propriedades rurais do município de Descanso, constatado por meio da coleta de dados entre os 3 projetos do microbacias 2. No caso, entre as 63 famílias rurais consultadas, 34 famílias (54%) deram como resposta que pelo menos um membro da família continuará com as atividades agrícolas ou agropecuárias da propriedade, ou seja, pode ser dito que haverá continuidade das atividades neste estabelecimento rural.

Para 29 propriedades (46%), atualmente não possuem membros da família – os filhos - interessados em permanecer na propriedade e destas, 13 famílias (20%) hoje já estão sendo trabalhadas apenas pelos “casais de velhos”, como eles se referem. Neste caso, os filhos já abandonaram a propriedade para estudar ou trabalhar em outras cidades e segundo o que relatam aos seus pais, não pretendem voltar mais para a roça.

Outro fator marcante observado na pesquisa é que 2/3 dos estabelecimentos rurais são administrados por proprietários que possuem idade superior a 45 anos e destes aproximadamente 1/5 possuem idade superior a 60 anos. Neste caso, se por um lado a experiência dos mais velhos contribui para solidificar as tarefas na propriedade, por outro, fatores como a falta de inovação tecnológica e força de trabalho podem ser determinantes para que a propriedade sobreviva com as atividades agropecuárias.

O panorama acima mostra a face preocupante de sobrevivência das propriedades, quer seja pela falta de interesse de pessoas da família em continuar na propriedade ou pelo poder econômico em que a mesma se encontra. Acrescentam-se ainda as políticas de crédito rural que favorecem o modelo produtivista, direcionando aos agricultores consolidados que concentram e especializam sua produção.

5 - Considerações finais

O agricultor ingressa nos moldes de produção e consumo determinados pelo sistema, que segue o exemplo da sociedade capitalista. Dessa forma, a concepção de produtividade sob a racionalidade de produtor moderno está sendo imposta pelas agroindústrias, por cooperativas, por associações e por políticas públicas de forma imperativa para os produtores como se fosse um consenso sobre competitividade (GEHLEN, 2001). O conceito de êxito como meta da atividade humana substituiu em larga escala o conceito do *bem viver* (BERTICELLI, 2006, p.21). Os princípios invisíveis que regem a vida foram transferidos para o mercado e para a ordem econômica, gerando a fragmentação das comunidades, ignorando a diversidade, a desestruturação das famílias e das culturas (LEFF, 2002).

Mesmo que, algumas interpretações têm visto a região como o maior complexo agroindustrial de carnes suínas e aves da América Latina e exemplo de um bem sucedido sistema de integração que se estabelece entre a agricultura familiar e a grande indústria (TALAMINI; KIMPARA, 1994), prevalece, entre diversos autores a associação da região como sendo um processo crescente de crise devido à exclusão de parte significativa da agricultura familiar (TESTA et al., 1996; ABRAMOVAY et al., 1998; GUIVANT e MIRANDA, 2004; GREGOLIN, 2000).

Nos sistemas produtivos, Mior (2005) se observa que ocorre um processo especializado sendo o mesmo, responsável por elevar as escalas de produção. “Com a formação de grandes conglomerados na indústria agroalimentar, aliada aos processos de verticalização da produção e de concentração do comércio varejista, a comercialização passa a se constituir num grande entrave para a agricultura familiar” (LOVATO & SCHIDT, 2006, p. 92).

Se, entre os processos produtivos, permanecem os que se sustentam pelo grande capital, onde quem não é competitivo, quem não se adapta à modernização, tem no futuro a exclusão certa, faz questionar como programas de combate à pobreza rural, como o microbacias 2, ganham em importância, quando for competente e capaz de preencher a lacuna deixada pelo Estado, trazendo perspectiva de vida no meio rural.

Entre as ações do projeto, incluem-se a compreensão dos processos produtivos e a superação da noção de competitividade, cujas raízes se sustentam na experiência histórica, principalmente das cadeias agroindustriais, e na contribuição coletiva de pensadores. Cabe, portanto, analisar os impactos que a noção de competitividade, com seus diferentes enfoques, que correspondem a diferentes racionalidades dos sistemas produtivos e de relações de trabalho, têm sobre os produtos agropecuários

Torna-se necessário aprofundar as reflexões sobre os meios produtivos, bem como, as ligações destes com o espaço vivido, através de ações que promovam maior relação de aproximação entre o homem e o ambiente, de modo a interferir no meio social, mantendo vivas as famílias e as comunidades com ações de desenvolvimento coletivas.

Contudo, isto implica no replanejamento das ações que visam o agricultor agir com mais autonomia e tomar as decisões necessárias quando precisa, fazendo com que o mesmo seja protagonista e capaz de corrigir seu norte quando necessário, numa visão de desenvolvimento rural em que se reorganizem os rumos e que os mesmos possam identificar novas demandas e interesses de disputar politicamente recursos e novas oportunidades, no plano local ou além das fronteiras do município. Também se faz necessário promover participação efetiva com o intuito de fortalecer os canais institucionais de cogestão, fazendo com que o espaço possa ter vida própria e controle social, papel pedagógico que cabe a todos os participantes.

6 - Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios, Edições UNESCO, 1998.

BADALOTTI, Rosana Maria; RENK, Arlene; FILIPPIM, Eliane Salet; BERTONCELLO, Andressa; ROSSY, Adriana May; AMARAL, Edes do; DALLAZEN, Rosilene. REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE. VII RAM-UFRGS, Porto Alegre: RS, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br>>, acessado em 15/02/09.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

BERTICELLI, Ireno Antonio. **EPISTEMOLOGIA E EDUCAÇÃO DA COMPLEXIDADE, AUTO-ORGANIZAÇÃO E CAOS**. Chapecó: Argos, 2006.

EIDT, Paulino. Agricultura de subsistência para a comercial na região Extremo Oeste Catarinense. In: FONTANA, Airton (org.). **CONSTRUINDO A SUSTENTABILIDADE** Uma perspectiva para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001.

EPAGRI, **Plano de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas de Descanso**, 2004, 2005 e 2006.

FATMA, Fundação do Meio Ambiente. **O Programa Prapem/Microbacias 2**. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>>, acessado em 04/06/200 e 01/02/2009.

FREITAS, Valdemar Hercílio de. Impactos econômicos, sociais e ambientais em duas microbacias hidrográficas de Santa Catarina: Ribeirão das Pedras e Rio Macaco. Epagri, Florianópolis, 1997.

FONTANA, Airton (org.). A migração do trabalhador, a política agrícola e a nova construção do espaço geográfico regional. In _____. **CONSTRUINDO A SUSTENTABILIDADE** Uma perspectiva para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste: Mclee, 2001.

FLORES, Murilo. Inovações nas tradições da cultura familiar. **Assistência**

técnica e agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

GEHLEN, Ivaldo. Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. **Sociologias.** Porto Alegre: n.6. , july/dec.2001.

GREGOLIN, Altemir. **MUNICIPALIZAÇÃO DA AGRICULTURA:** Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina. Chapecó: Grifos, 2000.

GUIVANT, Júlia S. & MIRANDA Cláudio R. de. Suinocultura e poluição: a construção social de um problema ambiental e de suas soluções. Chapecó: Argos, 2004.

INSTITUTO CEPA/SC. Instituto de planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PROJETO MICROBACIAS -** Relatório de avaliação final, 1999. Disponível em: < www.epagri/microbacia.htm >, acessado 07/04/08. LAC- Levantamento Agropecuário Catarinense. Resultados Preliminares. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidades> >, acessado 23, 24/11/2008 e 27,28/01/2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOVATO, Paulo Emílio; SCHMIDT, Wilson. **AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE NO MEIO RURAL.** Chapecó: Argos, 2006.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural.** Chapecó: Argos, 2005.

NAVARRO, Zander. Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural? O aprendizado dos “projetos microbacias” em Santa Catarina e São Paulo. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PELUSO JÚNIOR, Vitor Antonio. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis:UFSC, 1991

PINHEIRO, Sérgio L.; PEREIRA, José César. **O PROJETO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL/MICROBACIAS 2 E A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA EM SANTA CATARINA.** Rev. Bras. Agroecologia, v. 2, n. 1, fev 2007.

RENK, Arlene. **Narrativas da Diferença.** Chapecó: Argos, 2004

RENK, Arlene. SOCIODICÉIA ÀS AVESSAS. Chapecó: Grifos, 2000.

SILVESTRO, Milton Luiz. Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 1995. 349p. p.116-18.

SILVESTRO, Milton Luiz (et. al.) Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo, Edições Loyola, 2ª Ed, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e a identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

STRIEDER, Roque. Produção Agrícola Integrada: **A EMERGÊNCIA HUMANA DO TRABALHADOR AGRÍCOLA**. São Miguel do Oeste: McLee, 2000.

TESTA, Vilson Marcos et al. **O desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para Discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TALAMINI, D.J.D.; KIMPARA, D.I. Os complexos agroindustriais de carne e o desenvolvimento do oeste catarinense. *Revista de Política Agrícola*, v.3, n. 2, p.11-14, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: RS: EDIUPF, 1999.

WERLANG, Alceu Antônio. DISPUTA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO OESTE CATARINENSE. Chapecó: Argos, 2006.